

# As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário

José Manuel Lopes Cordeiro

jmlopes.cordeiro@gmail.com

Universidade do Minho

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

## ABSTRACT

This essay aims to help drawing the memory of the social conflicts and the workers' participation in the Unions by means of the available sources: the Press and the left-wing cabinets concentrated in the Portuguese Communist Party (PCP) during both the Military Dictatorship and the Estado Novo, clandestine as a rule. While so doing, it also aims to try and understand the moment they entered the preoccupations of the social scientists who, like us, are engaged in understanding the spatial references as well as those of the enterprises, particularly since the beginning of the 80's decade of last century. Meanwhile, managing solely with the mentioned Press, here is the mirror of those working struggles in the Ave valley region during that period.

## KEY-WORDS

Social conflicts, unionism, Ave valley

## RESUMO

Este ensaio quer contribuir para o delineamento da memória dos conflitos sociais e da participação operária no sindicatos, através das fontes possíveis: a imprensa e os gabinetes da esquerda portuguesa concentrada no PCP durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, geralmente em situação clandestina. Em simultâneo, nele se pretende perceber o momento em que os mesmos entraram nas preocupações dos cientistas

sociais que como nós se preocupam com as referências espaciais e de empresa, particularmente desde os primórdios da década de oitenta do século passado. Entretanto, sem outras fontes do que aquela imprensa, aqui fica o espelho das lutas operárias no vale do Ave naquele período.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Conflitos sociais, sindicalismo, vale do Ave

#### **INTRODUÇÃO**

Uma das tarefas, que incumbem aos historiadores, particularmente os que investigam a História Contemporânea, consiste na necessidade de recuperar a memória do vasto universo de conflitos sociais que marcaram os períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo assim como, em geral, da história do movimento operário. Aqueles conheceram então uma assinalável irrupção não obstante a repressão e o silenciamento com que a Censura os procurou ocultar.

Esta tarefa de recuperação da memória deveria ter-se iniciado logo a seguir ao 25 de Abril, como sucedeu com outras temáticas históricas que até então não tinham reunido as condições necessárias para a sua implementação. É necessário, contudo, salientar que a investigação histórica sobre o movimento operário não constituía, durante o período do Estado Novo, um campo inteiramente abandonado. Apesar das conhecidas dificuldades, foram então publicados alguns trabalhos e testemunhos históricos por alguns dos protagonistas daquele movimento, como Alexandre Vieira (1950, 1959, 1970) e César Nogueira (1964), mas será durante o consulado de Marcelo Caetano, por iniciativa de alguns investigadores, José Pacheco Pereira que edita duas obras em 1971, logo apreendidas, César Oliveira (1973), Ana Maria Alves (1971), e ainda que noutra perspetiva, Vasco Pulido Valente (1972), em Portugal, e de Carlos da Fonseca (1973) e João Granjo Pires Quintela (1973), no exílio, que surgirão os primeiros estudos académicos sobre a história do movimento operário. Foram então também publicadas algumas fontes, por José Silva (1971), César Oliveira (1971, 1972, 1973), Firmino Frutuoso (1971), Campos Lima (1972), Manuel Joaquim de Sousa (1972), embora na sua quase totalidade estas abordassem períodos anteriores à implantação do Estado Novo, e foram apreendidos e colocadas “fora do mercado”. Para além destes, foi também publicado o livro de um publicista afeto ao regime, Costa Júnior (1964). Mas tais iniciativas, sem dúvida meritórias, não só não prosseguiram no imediato pós 25 de Abril, com algumas exceções, entre as quais as de César Oliveira, como não se inseriram, por inexistência de condições, num programa de investigação estruturado, que lhes garantisse uma maior solidez e, acima de tudo, continuidade.

No início da década de 1980, parecia estar em curso a constituição de um campo de estudos sobre o movimento operário, na esteira da publicação de vários artigos na *Análise Social* (1981) e do início da edição do *Boletim de Estudos Operários* de periodicidade bi-anual, que foi dirigido por Maria Filomena Mónica e editado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foram publicados nove números, entre Maio de 1982 e 1987, vindo o décimo a transformar-se no n.º 99 da revista *Análise Social*. No entanto, passados poucos anos, o entusiasmo que tais iniciativas suscitaram dissipou-se por completo. Mas, apesar da sua efemeridade, as iniciativas então realizadas – um seminário e uma exposição, na Biblioteca Nacional, sobre o “Movimento Operário em Portugal” (1981) e a organização, também na Biblioteca Nacional, de um seminário consagrado às “Fontes e arquivos sobre o Movimento Operário” (1984) – não só contribuíram para a afirmação de um campo de investigação que até então não tinha tido condições para se desenvolver como já afirmámos (Cordeiro 1984: 211-212), mas também para a consolidação de dois projetos fundamentais para a salvaguarda e conservação dos acervos documentais com interesse para a história do movimento operário e sindical: o Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras e o Arquivo Histórico-Social. O primeiro, atualmente denominado Arquivo de História Social – em virtude de, entretanto, se ter afastado da sua vocação inicial, incorporando fundos documentais de outra natureza, o que exigiu a adoção de uma denominação mais ampla – foi criado em 1979, por iniciativa de Maria Filomena Mónica e Fátima Patriarca, no então Gabinete de Investigações Sociais, hoje em dia Instituto de Ciências Sociais. É a ele a quem se deve a realização dos dois seminários atrás referidos, o segundo organizado conjuntamente com o Arquivo Histórico-Social, assim como a publicação do *Boletim de Estudos Operários*. O Arquivo Histórico-Social, reunindo espólios de antigos militantes anarquistas e sindicalistas, foi constituído no âmbito das atividades do Centro de Estudos Libertários e está depositado na Biblioteca Nacional onde, desde Julho de 1985, integra o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. O Inventário dos seus fundos, assim como o respetivo Catálogo, em dois volumes, pode ser consultado em rede.

Mais recentemente, foi criado o Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, por iniciativa da Universidade Popular do Porto, que contou com o apoio da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. O Centro resultou do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa, “Memórias do trabalho - testemunhos do Porto laboral no século XX” e “Para preservar e divulgar a memória do Porto - os Arquivos das Organizações de Trabalhadores”, tendo por objetivos, entre outros, contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto e identificar, organizar e preservar o património arquivístico de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores daquela cidade. Foram recenseados 176 Fundos de Arquivo, disponibilizando os resultados dessa atividade ao público interessado, também em rede, nomeadamente, através de uma página na Internet.

Serve esta breve incursão no passado recente das iniciativas desenvolvidas para a preservação dos fundos documentais com interesse para a história do movimento operário para salientar as dificuldades que se nos colocaram à investigação das lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave nas duas últimas décadas do fascismo. Na impossibilidade de consultarmos fontes primárias, com escassas exceções, fomos obrigados a recorrer essencialmente à imprensa clandestina, em especial a coleção do jornal *O Têxtil*, mas também do *Avante!* e de *O Militante*.

#### AS LUTAS DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS DA BACIA DO AVE, 1956-1974

A publicação de *O Têxtil* iniciou-se em Janeiro de 1956, num momento de viragem da orientação política do PCP, que viria a ser consagrada no seu V Congresso, realizado em Setembro do ano seguinte, no Estoril, o qual iniciou um período que ficou conhecido como “desvio de direita”. O jornal publicou-se com regularidade até ao 25 de Abril, com exceção de um intervalo de cerca de quatro anos, entre o nº 60, de Novembro 1967 e o nº 61, de Maio 1971, dando início, incorretamente, a uma 2ª Série, uma vez que se manteve a numeração sequencial. Entre 1971, quando voltou a ser de novo publicado, e 1973, *O Têxtil* foi impresso numa das últimas tipografias clandestinas que a Direção da Organização Regional do Norte do PCP tinha instalada em Rio Tinto, na Rua Eça de Queiroz, nº 112, sob a direção de Joaquim Rafael e sua companheira Catarina Machado. No entanto, apesar daquela interrupção, *O Têxtil* constitui uma importante e indispensável fonte para o estudo do operariado têxtil e da orientação que o PCP imprimiu às suas lutas, pelo que será fundamentalmente com base na sua análise que apresentaremos, de seguida, as principais ações de protesto e as greves que os operários têxteis da Bacia do Ave realizaram entre 1956 e 1974.

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil*.

| Data               | Fábrica/Local                         | Local | Tipo de ação                              | Causa  | Participantes           |
|--------------------|---------------------------------------|-------|---|--|-------------------------|
| 1956<br>Janeiro 13 | Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe | Fafe  | Concentração junto da gerência da Fábrica | Protesto contra os despedimentos e exigindo trabalho | 1.500 operários têxteis |
| 1956<br>Janeiro 14 | Fábrica de Fiação e Tecidos do Bugio  | Fafe  | Concentração no Sindicato                 | Protesto contra os despedimentos e exigindo trabalho | Os operários da Fábrica |

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONTINUAÇÃO)

|                   |  |   |  |  |  |
|-------------------|--|---|--|--|--|
| 1956<br>Fevereiro | Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe                          | Fafe  | Marcha em direção ao Sindicato, com uma bandeira negra desfraldada | Reclamação de trabalho e pão   | 300 tecedeiras   |
| 1956<br>Agosto    | Empresa Têxtil "Valfar"  | Vila do Conde                                 | Contestação  | Contra a fixação de um novo horário de trabalho, sem aviso prévio                                    | Os operários conseguem a constituição de dois turnos                   |
| 1959<br>Maio 10   | Guimarães  | Guimarães                                     | Concentração   | Reclamar um novo contrato coletivo de trabalho   | 400 operários têxteis, cutileiros e curtidores                         |
| 1959<br>Setembro  | Fábrica de Tecidos de Algodão Alberto Pimenta Machado & Filhos | Guimarães                                     | Concentração junto da gerência da Fábrica                          | Protesto contra as multas que a gerência pretendia impor   | Os operários da Fábrica  |
| 1960<br>Maio 1    | Guimarães  | Guimarães                                     | Concentração no Sindicato  | Reclamando aumentos de salários  | 300 operários têxteis  |
| 1960<br>Outubro   | Guimarães  | Guimarães                                     | Concentração no Sindicato  | Exposição com mais de 1.000 assinaturas, reclamando aumentos de salários ao Ministro das Corporações | 500 operários têxteis  |
| 1961<br>Janeiro   | Fábrica de Fiação de Poldrões – M. A. Silva, Filho             | Negrelos, Santo Tirso                         | Concentração em frente ao escritório da Fábrica                    | Exigindo melhores condições de trabalho.   | Os operários da Fábrica  |
| 1967<br>Novembro  | Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso                     | Santo Tirso                                   | Concentração em frente à porta da Fábrica                          | Exigindo o pagamento dos salários em atraso  | Os operários da Fábrica  |
| 1967<br>Novembro  | Fábrica "Abel Alves de Figueiredo"                             | Santo Tirso                                   | Concentração em frente à porta da Fábrica                          | Exigindo o pagamento dos salários em atraso  | Os operários da Fábrica  |
| 1968<br>Dezembro  | Fábrica de Fiação ATMA   | Caldas da Saúde, Avidos, V. Nova de Fomalicão | Concentração no Sindicato  | Exigindo o pagamento das indemnizações a que tinham direito  | Cerca de 500 operários têxteis desempregados da Fábrica de Fiação ATMA |
| 1969<br>Janeiro   | Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela                      | Negrelos, Santo Tirso                         | Concentração em frente à Câmara Municipal                          | Pão ou trabalho, em virtude do encerramento por falência   | Centenas de operários e operárias                                      |

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONCLUSÃO)

|                    |                                       |                    |   |  |                           |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------|---|--|---------------------------|
| 1969<br>Outubro    | Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe | Fafe               | Concentração junto da gerência da Fábrica | Reclamando aumentos de salários              | Os operários da Fábrica   |
| 1972<br>Maio 30    | Companhia Rio Ave                     | Vila do Conde      | Concentração                              | Protestando contra o encerramento da Fábrica |                           |
| 1974<br>Janeiro 21 | Têxtil António Lopes Correia          | Pevidém, Guimarães | Concentração                              | Exigindo o pagamento quinzenal.              | Operários dos três turnos |

Quadro II - Greves dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil* e nos dados disponibilizados pelo Gabinete de Estudos Sociais do PCP.

| Data                  | Fábrica  | Local                       | Causa   | Nº de grevistas             | Resultado   | Duração                       | Referência                 |
|-----------------------|--|-----------------------------|---|-----------------------------|---|-------------------------------|----------------------------|
| 1958                  | Empresa Têxtil Valfar                            | Vila do Conde               | Aumentos de 50% nos salários                    | Operárias do turno da manhã | Intervenção da PSP faz prisões                              | 14 de Julho, das 6H50 às 7H10 | Avante!, VI Série, nº 261  |
| 1960<br>Junho 22 a 24 | Barbosa & Melo                                   | Ronfe, Guimarães            | Trabalho com 4 teares, em vez de 2              | 300 operários               | Vitoriosa   | De 22 a 24 de Junho           | O Têxtil, Ano V, n.º 26    |
| 1960<br>Novembro 5    | M. A. Silva & Filho                              | Poldrães, Santo Tirso       | Contra o pagamento de multas                    | Todos os operários do turno | Vitoriosa   | Parte da tarde                | O Têxtil, Ano V, n.º 29    |
| 1970<br>Abril         | Fábrica de Fiação e Tecidos "Oliveira, Ferreira" | Riba d'Ave, . N. Famalicão  | Greve de braços caídos por aumentos de salários | Mais de 100 operários       |   |                               | Avante!, VI Série, nº 417  |
| 1970<br>Abril         | Uma fábrica                                      | Riba d'Ave, V. N. Famalicão | Aumentos de salários                            | Todos os operários          |   | 1 dia                         | Avante!, VI Série, nº 417  |
| 1970<br>Abril         | Filor  | Landim, V. N. Famalicão     |   | 350 operários               |   |                               | Avante!, VI Série, nº 417, |
| 1970<br>Abril ou Maio | Manuel Gonçalves                                 | S. Cosme, V. N. Famalicão   | Greve de braços caídos por aumentos de salários | Mais de 300 operários       | Vitoriosa   | Paralisação de dois turnos    | Avante!, VI Série, nº 417  |
| 1970<br>Janeiro       | Fiação e Tecidos de Fafe. Fábrica do Ferro       | Fafe                        | Aumentos de salários                            | 1.200 operários             | Vitoriosa. Despedidos 15 operários (13 homens e 2 mulheres) | 1 dia                         | O Têxtil, Ano XVI, n.º 61  |

Quadro II - Greves dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONCLUSÃO)

|                     |                                  |                            |  |   |           |       |                          |
|---------------------|----------------------------------|----------------------------|--|---|-----------|-------|--------------------------|
| 1971<br>Abril       | Filor                            | Landim, V. N.<br>Famalicão |  | 350 operários<br>da secção de<br>tecelagem            |           |       | GESPCP                   |
| 1972 Junho 31       | Têxtil António<br>Lopes Correia  | Pevidém,<br>Guimarães      | Pagamento de<br>parte do salário<br>e do subsídio de<br>férias |   |           |       | GESPCP.                  |
| 1972<br>Outubro 11  | Têxtil António<br>Lopes Correia  | Pevidém,<br>Guimarães      | Contra a falta<br>de limpeza dos<br>sanitários                 | Todos os<br>operários dos<br>três turnos              | Vitoriosa |       | O Grito do<br>Povo, nº 7 |
| 1973 Setembro<br>19 | Indústrias<br>Têxteis<br>Somelos | Ronfe,<br>Guimarães        | Por não<br>terem sido<br>aumentados,<br>conforme o<br>acordado | Operários do<br>turno da noite da<br>secção de fiação |           | 1 dia | GESPCP                   |
| 1973 Setembro<br>20 | Indústrias<br>Têxteis<br>Somelos | Ronfe,<br>Guimarães        | Aumentos de<br>salários  | Operários do 3º<br>turno de todas as<br>secções       |           | 1 dia | GESPCP                   |
| 1974 Janeiro 21     | Fábrica do<br>Sagahal            | Pevidém,<br>Guimarães      | Falta de<br>pagamento dos<br>salários                          | Operários do 3º<br>turno                              |           | 1 dia | GESPCP                   |

Quadro III - Ações de luta desenvolvidas pelo operariado têxtil da Bacia do Ave (1956-1974)

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil*.

|                 | 1956-59 |       | 1960-64 |       | 1965-69 |       | 1970-74 |       |
|-----------------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|
|                 | Conc.   | Greve | Conc.   | Greve | Conc.   | Greve | Conc.   | Greve |
| Fafe            | 3       |       |         |       |         |       |         | 1     |
| Guimarães       | 2       |       | 2       | 1     |         |       | 1       | 5     |
| V. N. Famalicão |         |       |         |       | 1       |       |         | 5     |
| Santo Tirso     |         |       | 1       | 1     | 3       |       |         |       |
| Vila do Conde   | 1       | 1     |         |       | 1       |       | 1       |       |
| Total           | 6       | 1     | 3       | 2     | 5       | -     | 2       | 11    |

Fazendo um balanço destas lutas operárias, não se pode dizer que o resultado tenha sido muito significativo: trinta ações de luta, incluindo greves, em dezoito anos. Seguramente que existiram mais manifestações dos operários têxteis da Bacia do Ave durante este período, de iniciativa espontânea, mas não foi ainda possível encontrar quaisquer registos das mesmas. É certo – e é necessário sublinhá-lo – que não era nada fácil, nas condições da feroz repressão então existente, desencadear estas lutas e, por

isso mesmo, merecem-nos o maior respeito todos aqueles que tiveram a coragem e a ousadia de as organizar. Estas manifestações e greves são também a prova da disposição dos trabalhadores, mesmo nas duras condições impostas pelo fascismo, de lutarem pelos seus interesses e satisfação das suas reivindicações. A questão que nos interessa analisar é outra: qual a orientação que presidiu à organização e condução destas ações de luta e se a mesma era garantia de um resultado vitorioso.

No contexto destas lutas e manifestações, as tentativas então desencadeadas para a conquista dos Sindicatos Nacionais assumem um particular significado. Esta constituiu, precisamente, a orientação que o PCP definiu pouco depois a imposição do Estatuto do Trabalho Nacional. Após um pequeno período, entre 1933 e 1935, durante o qual a orientação dos comunistas foi a da criação de um movimento sindical clandestino, após o VII Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em Moscovo, de 25 de Julho a 20 de Agosto de 1935, registou-se uma radical alteração dessa orientação, passando o PCP a definir como objetivo principal a conquista dos Sindicatos Nacionais.

Na realidade, já durante o período 1933-35 o PCP encarava a atuação no seio dos Sindicatos Nacionais, embora numa perspetiva diferente daquela que veio a ser posteriormente adotada, como nos relata *O Proletário*, órgão da Comissão Inter-Sindical: “certamente, algo temos a fazer nos ‘sindicatos nacionais’. Mas esse algo não é organizá-los; é, quando apesar da nossa campanha contra eles, eles se organizam e conseguem arrastar algumas massas operárias, penetrar neles, apoiados na nossa organização revolucionária e sob a sua direção, para os desagregar, por as massas em conflito com os chefes e arrastá-las, em ampla frente única, à luta contra o inimigo comum” (Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934: p. 2). A Comissão Inter-Sindical, fundada em Setembro de 1931 por iniciativa do PCP, integrava os sindicatos clandestinos criados após promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. Era nesta perspetiva, e não naquela que veio a ser definitivamente adotada após o VII Congresso da IC, que o PCP encarava então o trabalho nos Sindicatos Nacionais. No entanto, esta não era uma questão pacífica no seio do Secretariado do PCP, sendo essencialmente defendida por José de Sousa, membro daquele órgão e responsável pela Comissão Inter-Sindical, e por essa razão não é de estranhar que a posição do PCP, assumida ainda antes do VII Congresso da IC, apresente uma certa ambiguidade, embora mantendo sempre a orientação de que o trabalho a desenvolver naqueles sindicatos serviria essencialmente para a mobilização das massas. É o próprio *Avante!*, de Abril de 1935, que nos dá uma ideia dessa ambiguidade, ao publicar uma Resolução do Secretariado sobre a preparação do VII Congresso da IC, onde também cita a SVI, Socorro Vermelho Internacional, organizado pela Internacional Comunista, em 1922, para apoiar os presos comunistas e outros antifascistas, que foi dirigido por Clara Zetkin, Stasova Elena e Tina Modotti, tendo sido dissolvido em 1942:



“Os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo que organizam as massas, podem e devem utilizar-se como meios da nossa atuação. Até aqui, a nossa palavra de ordem tem consistido em levar as massas a fazer boicote a tais organismos. Esta palavra de ordem era e é, justa. Porém, é preciso atualizá-la e alargá-la, tendo em conta os resultados já atingidos pela reorganização do movimento sindical revolucionário e a tarefa que se nos coloca de levarmos adiante o rompimento dos quadros da legalidade fascista e de arremessarmos o proletariado e os camponeses à conquista parcial das suas reivindicações. Estes organismos, na medida em que organizam massas, ou que a luta em redor deles pode reagrupar as massas e despertá-las para as ações reivindicativas, podem servir-nos de meios de legalização do próprio trabalho dos sindicatos e das oposições revolucionárias. Tudo consiste em criar as formas de penetração e de contágio, e em lutar em tais quadros, não à base de uma luta meramente negativista, mas no sentido de obter um triunfo às reivindicações concretas das massas, já levando as massas a formularem, cada vez com mais persistência, as suas reivindicações nesses quadros, já lutando porque as massas, para uma melhor defesa dos seus interesses, imponham os seus próprios representantes para os lugares de direção. (...) Na medida da nossa persistência e do nosso entusiasmo bolchevique, a base dos Sindicatos Vermelhos, do S.V.I., da frente anti-fascista, etc., deve ser mobilizada igualmente para este trabalho legal e semi-legal de movimentação de massas” (*Avante!*, II Série, nº 6, Abril 1935, pp. 2 e 5)

No Relatório que apresentou ao VII Congresso da IC, Bento Gonçalves referiu que “no terreno do trabalho sindical temos também grandes debilidades. É certo que organizamos sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo. Porém, do ponto de vista prático, vemos que os sindicatos ilegais não fazem nenhum trabalho sério de massas. A atividade de alguns sindicatos ilegais limita-se à publicação do seu órgão” (Relatório, in AA. VV. 1976: 116). Esse extrato do Relatório foi a partir de então sistematicamente apresentado pelo PCP como uma das suas justificações para abandonar a criação de sindicatos clandestinos e atuar no seio dos Sindicatos Nacionais. Os poucos estudos que têm abordado este assunto, assim como os testemunhos de militantes da época, não permitiram ainda identificar com rigor o momento a partir do qual a linha sindical do PCP foi alterada. A única certeza que até agora existe é-nos dada por Álvaro Cunhal, segundo o qual o Relatório que Bento Gonçalves apresentou ao VII Congresso da IC fora escrito em Moscovo “em conformidade com as Teses apresentadas no Congresso pelo Executivo da Internacional” (Cunhal 1985: 75 in Pereira 1999: 116), e no seguimento de conversações então efetuadas, em Setembro-Outubro de 1935, entre o Comité Executivo da IC e uma delegação do PCP, composta por Bento Gonçalves, Francisco Paula de Oliveira e o próprio Álvaro Cunhal.

Foi essa, aliás, a última vez que a orientação do PCP foi debatida e acordada com a Internacional.

Embora ainda hoje não se conheça com rigor qual a orientação que Bento Gonçalves defendia em 1934-1935, tudo indica que o Secretário-Geral do PCP aceitava a linha de boicote aos Sindicatos Nacionais e defendia a criação de um movimento sindical clandestino (Rodrigues 2009). Era essa a orientação que constaria inicialmente no Relatório que o PCP tencionava apresentar no VII Congresso da IC, mas, como vimos, o texto veio a ser alterado, ou reescrito, quando Bento Gonçalves já se encontrava em Moscovo. Fernando de Sousa refere que fora elaborado “um documento sobre a ação sindical do PCP, sob a orientação de José de Sousa, que deveria ser incorporado num relatório mais geral”, apresentando, por conseguinte, a linha de criação de sindicatos clandestinos (Pereira 1999: 117). Fernando de Sousa (Macedo), militante do PCP desde 1931, foi preso em 1933 e enviado para o Tarrafal, entre 1937 e 1946, vindo a aderir ao PCP (m-l) dirigido por Heduíno Gomes (Vilar) após o 25 de Abril. De facto, analisando com alguma atenção aquele Relatório, detetam-se algumas incongruências, eventualmente resultantes da incorporação no texto de partes que inicialmente não constavam no mesmo. Bento Gonçalves refere que o PCP não só tinha conseguido organizar “sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo”, mas que estes não faziam “nenhum trabalho sério de massas”. Perante esta situação, em que o mais difícil tinha sido conseguido, o que se justificava não era abandonar a orientação que vinha sendo seguida, mas sim dar continuidade ao trabalho de criação de sindicatos clandestinos – que tão bons frutos estava a dar –, corrigindo os erros detetados, para que aqueles passassem a realizar um sério trabalho de massas. A não ser que existissem orientações contrárias, precisamente as que tinham sido adotadas pela Internacional Comunista, como veio a suceder. Testemunhando o êxito que até então tinha representado a linha de criação de sindicatos clandestinos, Bento Gonçalves afirmava no Relatório que “a própria ditadura viu-se obrigada a reconhecer o desenvolvimento da influência que goza entre as massas o Partido Comunista, e tratou de aproveitar-se da nossa influência para desarmar os operários durante algumas ações concretas; por exemplo, este ano os fascistas publicaram um desses manifestos em que, sob uma falsa linguagem comunista, convidavam os operários a aderir aos sindicatos fascistas” (AA. VV. 1976: 115). Na realidade, embora o PCP encarasse a possibilidade de trabalhar nos Sindicatos Nacionais, não colocava de parte – antes pelo contrário – a orientação seguida até então, de manter e ampliar o movimento sindical clandestino, tanto mais que este, como refere no Relatório, gozava de grande prestígio, ao contrário dos Sindicatos Nacionais, cujas iniciativas eram por vezes boicotadas. Caso contrário, não se compreende que, poucos meses antes, a Comissão Inter-Sindical tivesse editado e distribuído o folheto “Como se Organiza e Como Funciona Um Sindicato

ilegal”, com conjunto de diretivas para o movimento sindical ilegal (*O Proletário*, Ano 1, n.º 7, Outubro de 1934, p. 5).

No extrato acima apresentado, o Secretário-Geral do PCP referia-se a uma tentativa do regime fascista de aproveitar essa influência sobre o operariado publicando, em Dezembro de 1934, um manifesto falso, em nome do Comité Executivo da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha, apelando e dando a entender que esta defendia a filiação do operariado, incluindo os ativistas do movimento sindical clandestino, nos Sindicatos Nacionais. Esta manobra foi de imediato denunciada pela Comissão Inter-Sindical, no seu órgão central: “A podridão fascista. Incapaz de arrastar os operários aos sindicatos nacionais, em seu nome, a União Nacional edita um manifesto, com esse fim, em nome da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha!” (*O Proletário*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2). A Comissão Inter-Sindical interpretava esta ação pelo facto de a organização dos Sindicatos Nacionais estar a constituir “um tremendo fiasco. Os ‘sindicatos nacionais’ já organizados, por mais que o Teotónio se esforce, não passam, na quase totalidade, de pequenas patrulhas da Polícia de Informações e da União Nacional. As massas operárias, na sua esmagadora maioria, fazem um enorme manguito aos seus novos ‘salvadores’. E, pelo contrário, o movimento sindical revolucionário que se orienta pelos princípios da Internacional Sindical Vermelha, desenvolve-se e consolida-se, mesmo nas condições de ilegalidade. A imprensa ilegal nunca teve tão grande desenvolvimento. Dá-se até o caso curioso de organizações que não conseguiam, nas condições de legalidade, publicar regularmente um jornal, o estão fazendo agora na ilegalidade” (*O Proletário*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2). O Teotónio mencionado era Pedro Teotónio Pereira, Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-36), que foi um dos construtores da organização corporativa do Estado Novo. Voltando à manobra provocadora do falso “manifesto” este aconselhava que:

“todo o proletariado e em especial os seus militantes mais ativos desde já aceitem sem reservas as organizações das classes segundo os moldes do Decreto-Lei 23.050 (de 23 de Setembro de 1933, Estatuto do Trabalho Nacional) devendo até mesmo, estes, impulsionar a sua organização”, e que “os que estejam em condições de o poder levar a efeito deverão assumir os lugares secundários de comando (secretários, tesoureiros ou vogais das Direções ou Comissões Executivas das Secções Sindicais)”, apelando por fim que “em todas as localidades onde existam núcleos de operários de fábricas, empregados no comércio e trabalhadores da terra, se deve começar por organizar e reorganizar todas as classes e propagandear as vantagens da atual organização e as facilidades dadas pelo Estado Corporativo a todas as classes trabalhadoras, só aproveitáveis para a nossa revolução”.

No período de 1934-35, os sindicatos vermelhos dirigidos pelos comunistas – Sindicato Unitário da Indústria Ferroviária, Sindicato Unitário da Indústria do Transporte

Automóvel, Sindicato Marítimo Unitário, Sindicato Unitário da Indústria de Panificação e Moagem, Sindicato Unitário da Indústria Gráfica, Sindicato Unitário do Pessoal do Arsenal da Marinha Sindicato Unitário da Indústria de Transportes Elétricos, Sindicato Unitário da Indústria Metalúrgica, e o Sindicato Unitário da Indústria do Vestuário – dispunham de uma efetiva influência no operariado, e em Lisboa publicavam, pelo menos, oito jornais ilegais, entre os quais, *O Metalúrgico*, *Órgão Sindical Unitário das Indústrias Metalúrgicas*, *O Eléctrico Vermelho*, *Boletim do secretariado da célula da Carris*, *O Profissional do Volante*, *Unidade*, *O Marítimo*, e *O Eco do Arsenal*. Perante os êxitos alcançados pelos sindicatos clandestinos, e o facto de Bento Gonçalves referir no Relatório que o número de trabalhadores a eles ligados “aumentava sem cessar”, alcançando 25.000 filiados, só se compreende que o PCP tenha abandonado aquela orientação por imposição da Internacional Comunista. No entanto, é conhecido que essa viragem no sentido do PCP vir a trabalhar nos Sindicatos Nacionais, enfrentou incompreensões e resistências, as quais se viram agravadas com a prisão de Bento Gonçalves, em Novembro de 1935, pouco depois de regressar do VII Congresso da IC. A resistência dos membros do PCP ao trabalho nos Sindicatos Nacionais – classificada como “sectária” pelo Comité Central – manifestava-se “das mais variadas maneiras, desde a ‘discordância’ da ‘nova linha’ até ao desinteresse e resistência passiva” (*O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 4). Efetivamente, a nova orientação só veio a concretizar-se após a reorganização dos anos 1940-41. A partir de então, o trabalho do PCP em relação aos Sindicatos Nacionais deveria desenvolver-se de acordo com a seguinte orientação:

- \* fazer pressão sobre as direcções dos Sindicatos Nacionais para que defendessem as reivindicações dos trabalhadores;
- \* entrar em massa para os Sindicatos Nacionais;
- \* eleger direcções de trabalhadores honestos que gozassem a confiança da classe (*Ibid.*).

Esta orientação era acompanhada, sistematicamente, por uma citação da obra de Lênine, *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, todavia, longa:

“A absurda ‘teoria’ da não participação dos comunistas nos sindicatos reacionários, mostra, com toda a evidência, com que leviandade os comunistas ‘de esquerda’ encaram a questão da influência sobre as ‘massas’, e que abuso fazem da palavra ‘massas’ na sua gritaria. Para saber ajudar as ‘massas’ e conquistar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio, é preciso não temer as dificuldades, os enredos, as armadilhas, os ultrajes, as perseguições por parte dos ‘chefes’ (os quais, oportunistas e sociais-chauvinistas, estão, na maioria dos casos, ligados – direta ou indiretamente – à burguesia e à polícia) e trabalhar obrigatoriamente onde estão as massas. É preciso saber fazer todos os sacrifícios, ultrapassar os maiores obstáculos, para fazer um

trabalho de propaganda e de agitação metódico, perseverante, tenaz e paciente, precisamente nas instituições, associações e sindicatos – por mais reacionários que sejam –, por toda a parte onde haja massas proletárias ou semi-proletárias. (...) É preciso saber enfrentar tudo isto, estar disposto a todos os sacrifícios e, inclusive, empregar – em caso de necessidade – todos os estratagemas, ardis e processos ilegais, silenciar e ocultar a verdade, com o objetivo de penetrar nos sindicatos, permanecer neles e aí realizar, custe o que custar, um trabalho comunista” (Lénine s/d [1920]: 55-57).

Num dos seus trabalhos mais importantes, mas também dos mais ignorados e esquecidos, “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, Francisco Martins Rodrigues analisou a experiência histórica de trinta anos de tentativas por parte do PCP para conquistar os Sindicatos Nacionais (Rodrigues 1965: 14-25). Publicado em Dezembro de 1965, e fazendo parte do arsenal teórico que então municiou a versão lusitana da polémica suscitada pelo conflito sino-soviético, Martins Rodrigues esclareceu qual o contexto exato em que Lénine defendeu que os comunistas deviam trabalhar nos sindicatos reacionários, e se em Portugal existia então uma situação equivalente que justificasse a adoção daquela tática.

A primeira questão que se colocava era a de saber se, efetivamente, os Sindicatos Nacionais eram organizações de massas, representativas da classe, e se, conseqüentemente, os trabalhadores os frequentavam. A melhor resposta a esta questão é dada pela própria imprensa do PCP na qual, sistematicamente, se apelava a que os trabalhadores frequentassem os Sindicatos Nacionais: “para que se desenvolva um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores têxteis na base do nosso sindicato e de nossas reivindicações imediatas, é necessário que frequentemos regularmente o nosso sindicato fazendo dele ponto de reunião” (*O Têxtil*, nº 2, Fevereiro de 1956). Na realidade, pelo seu instinto de classe, os trabalhadores não confiavam nos Sindicatos Nacionais para a defesa dos seus interesses e, conseqüentemente, não os frequentavam, como o próprio PCP reconhecia ao admitir “o desinteresse e hostilidade de muitos trabalhadores em relação aos sindicatos nacionais” (*O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958, p. 2) não se coibindo, inclusivamente, de os censurar: “a vossa ausência à Assembleia recentemente realizada no Sindicato para discussão do Relatório e Contas da Direção, na qual o número de operários presentes não ultrapassou a dúzia, é incompreensível” (*O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 2). Como refere José Barreto, “durante várias décadas a direção do PCP apelou à inscrição dos trabalhadores em geral nos sindicatos nacionais. (...) Esta diretiva foi, em geral, mediocrementemente correspondida pelos trabalhadores, cuja grande maioria – inscritos ou não nos sindicatos – se mostravam indiferentes ou céticos em relação à atividade sindical” (Barreto 1994: 293). Deste modo, é fácil concluir que os Sindicatos Nacionais não eram organizações de massas, mas tão só organismos do Estado fascista destinados a exercer a vigilância policial e a repressão sobre os trabalhadores, que

estes não frequentavam e onde não se concentravam, tanto mais que nos mesmos não existia qualquer tipo de vida associativa, registando-se inclusivamente casos em que “a entrada e a frequência nas sedes dos sindicatos nacionais eram mesmo vedadas aos trabalhadores sindicalizados” (*O Militante*, III Série, n.º 179, Abril de 1973, p. 5). Por essa razão é que, com exceção de momentos especiais – como na conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial ou, mais tarde, numa ou noutra ocasião –, era praticamente impossível conquistar as direções daqueles Sindicatos, não só por falta de uma indispensável base de apoio, mas também porque esse processo se encontrava sistematicamente eivado de ilegalidades de todo o tipo, das quais o regime não tinha qualquer pejo em se socorrer. Era uma luta inglória, de grande desgaste e frustração para os quadros comunistas, com resultados fraquíssimos ou nulos, com a agravante de se estar a iludir os trabalhadores ao procurar enquadrá-los nas organizações que o regime fascista tinha criado precisamente para controlar e neutralizar a atividade sindical. É, por conseguinte, pertinente a interrogação de Martins Rodrigues: “mas então perguntamos: se não há massas de qualquer espécie, nem atrasadas nem adiantadas, dentro dos Sindicatos Nacionais, o que vêm aqui fazer as sábias citações de Lênine e as sapientíssimas condenações ao ‘sectarismo’ dos militantes que se recusam ir a uma repartição onde se reúnem de vez em quando dois ou três patifes a soldo do ministério e a polícia?” (Rodrigues 1965: 17).

A segunda questão prendia-se com a possibilidade de os Sindicatos Nacionais poderem ser transformados em instrumentos dos trabalhadores, através de direções que integrassem elementos da sua confiança, e também, se era possível exercer pressões sobre as direções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos interesses daqueles. Esta questão, que se prende com a anterior, era também encarada pelo PCP como algo possível de alcançar, como a sua imprensa referia sistematicamente: “se os Sindicatos Nacionais forem administrados por direções escolhidas pelos trabalhadores, os seus interesses e reivindicações serão apoiados e defendidos junto do patronato e do fascismo, com a firmeza e energia que merecem” (*O Têxtil*, n.º 46, Novembro-Dezembro de 1962, p. 1), ou “se à sua frente estiverem direções honestas, os interesses da classe serão por si defendidos, as nossas reivindicações apoiadas e as aspirações dos têxteis, recebidas com carinho” (*O Têxtil*, n.º 43, Julho-Agosto de 1962, p. 1). Na realidade, até ao período da descompressão sindical ensaiada no consulado marcelista, só em momentos muito especiais foi possível eleger direções sindicais da confiança dos trabalhadores. Foi o que sucedeu no imediato pós II Guerra Mundial, em 1946-48, na qual o PCP aproveitou a conjuntura favorável da época e o recuo tático do regime. “É claro que isto não levava a mudar a natureza dos Sindicatos Nacionais nem fazia deles sindicatos verdadeiros, mas tinha grande importância porque os neutralizava, desarticulando parcialmente a máquina de vigilância fascista e tornando possíveis novos avanços no movimento operário” (Rodrigues 1965: 18). Mas o regime rapidamente se recompôs, passando à contraofensiva, “impondo novas regras e novas limitações, impedindo de concorrer



listas de oposição, não homologando direções eleitas, etc.” (Barreto 1994: 294). E também aprendeu com o ocorrido, pois a partir de então foi esta a realidade que cada vez mais acompanhou as tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais ou nos raros casos em que uma lista da oposição era eleita. As eleições eram suspensas ou adiadas indefinidamente, os sindicatos ficavam nas mãos de comissões administrativas nomeadas pelo Governo, que se prolongavam eterna e ilegalmente à sua frente, ultrapassando o prazo máximo legal em que podiam vigorar, que era de seis meses, os dirigentes eleitos não eram homologados, as direções sindicais demitidas, as eleições eram convocadas sem dar tempo à apresentação de uma lista da oposição, os resultados eleitorais eram manipulados, e a intimidação e repressão constituíam práticas correntes. Existiram casos em que uma comissão administrativa – da Secção de Tortosendo do Sindicato Têxtil – permaneceu ilegalmente no poder durante mais de dezasseis anos (1946-1962).

Quanto à possibilidade de se exercerem pressões sobre as direções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos trabalhadores, os exemplos são também bastante esclarecedores: “os dirigentes do Sindicato [de Guimarães] (...) sabendo que a classe se encontrava ali, nesse dia [2 de Outubro de 1960], para discutir o premente problema de aumento de salários, resolveram fugir. Porque fugiram eles? Porque não estão ali para defender os interesses dos trabalhadores, mas dos patrões” (*O Têxtil*, nº 28, Novembro de 1960, p. 1) ou “... a atual direção [do Sindicato Têxtil do Porto] está de tal modo desprestigiada, que o seu apoio na classe é nulo, pois revelou um servilismo abjeto frente ao patronato na negociação do CCT, para além de, traíndo a classe, tudo ser tratado sem o conhecimento desta” (*O Têxtil*, nº 55, Fevereiro de 1965, p. 4). Os exemplos podiam-se multiplicar. A maior parte das direções sindicais integravam elementos afetos ao regime, sobre as quais a possibilidade de se exercer qualquer tipo de pressão a favor dos trabalhadores era muito reduzida ou nula. Existiram, inclusivamente, muitos casos em que as mesmas integravam informadores da PIDE, ou indivíduos completamente desclassificados, que não hesitavam em apropriar-se dos bens do sindicato. Ficou célebre um caso ocorrido nos últimos anos do fascismo, no Sindicato Têxtil do Porto, em que se chegou ao cúmulo do ladrão ser absolvido pelo tribunal ao serviço do regime: “o caso Fonseca acaba de ter o seu epílogo com a sua absolvição em tribunal. (...) Não era um ladrão vulgar. Era ao mesmo tempo o bufo, o conhecido lacaio do patronato que no Sindicato denunciava os trabalhadores que aí se dirigiam para protestar contra as arbitrariedades do patrão. (...) Para cúmulo da farsa, o Fonseca não contente com os 200 contos que roubou, reclama agora a sua readmissão no Sindicato e um pagamento de salários e indemnizações no montante de 450 contos!!!” (*O Têxtil*, nº 71, Março de 1974, p. 4).

A experiência de dezenas de anos de tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais ou de pressionar as suas direções para que defendessem os trabalhadores, é concludente. Mas era evidente que o PCP não alteraria a sua tática. Curiosamente, foi de dentro

das suas próprias fileiras, e expressa nas páginas de *O Têxtil*, que a orientação que vinha sendo seguida foi criticada, provavelmente refletindo o grande movimento grevista de 1961-62, num Editorial sugestivamente intitulado “Temos que mudar de tática”: “sempre que nós, mesmo na base das leis fascistas, pretendemos meter homens honestos na direção do Sindicato a que pertencemos, os ministros fascistas não sancionam a direção por nós escolhida, nomeiam comissões administrativas da sua confiança ou mantêm a direção contra a qual a classe votou” (*O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, p. 1). “Mudar de tática” – era de facto essa a conclusão lógica que seria imperioso retirar das sucessivas e fracassadas tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais.

Esta obstinação do PCP em lutar por uma causa perdida introduz-nos a terceira e última questão suscitada por Martins Rodrigues: “como unir, nas condições do fascismo, a classe e as massas, ‘em um todo homogéneo e indissolúvel’ como exigia Lénine?”. Não era, na realidade, um caso de mera obstinação. A linha sindical do PCP enquadrava-se na orientação geral por ele definida para a luta contra o regime fascista. A adoção de uma linha de criação de um movimento sindical clandestino, que promovesse a ofensiva do operariado e salvaguardasse a sua autonomia, não se enquadrava com a linha do PCP de criação de uma grande frente unitária anti-salazarista, que no campo sindical se traduzia na atuação legal para a conquista dos Sindicatos Nacionais. Na prática, por muito que custe reconhecê-lo, esta orientação não deixava de constituir uma postura de colaboração com o regime, legitimando as estruturas que este tinha criado em 1933 para controlar o movimento sindical.

Importa, contudo, sublinhar que o texto de Martins Rodrigues foi redigido em 1965, e que a partir de então a situação económica e social do país se alterou consideravelmente. Também, com o advento da denominada “primavera” marcelista, se registaram algumas medidas de descompressão no sector sindical, nomeadamente no que dizia respeito à autonomia sindical (Decreto-Lei nº 49 058, de 14 de Junho de 1969), e à contratação (Decreto-Lei nº 49 212, de 28 de Agosto de 1969), permitindo o recurso à conciliação e arbitragem. Deixou então de ser exigida a homologação das direções sindicais eleitas, o que permitiu eleger algumas listas da confiança dos trabalhadores. No entanto, a prometida abertura sindical foi de curta duração. Um ano após a publicação dos diplomas que consubstanciavam a referida abertura, o Governo de Marcelo Caetano iniciou uma ofensiva legislativa de carácter restritivo, visando atingir os sindicatos que tinham conseguido eleger listas de oposição. Mas, na realidade, tinha sido aberta uma “caixa de Pandora” – que o regime não conseguia fechar –, não obstante, como bem observou José Barreto, “o movimento de animação sindical de 1969-70 localizou-se predominantemente em Lisboa e no Porto” (Barreto 1990: 18). Nos restantes centros e regiões industriais do país não se registaram mudanças significativas, continuando a vigorar as mesmas



situações de arbitrariedade e ilegalidade que até então vinham caracterizando a atuação do regime no campo sindical.

As condições tinham-se efetivamente alterado. O que mudara? Não a política do regime que, após a “primavera marcelista” regressara, praticamente, “ao mesmo”, mas essencialmente a disposição para a luta, a mobilização, consequência das mudanças então registadas na sociedade e na economia do país. O que implicava a adoção de uma tática mais flexível, mais ousada, de forma a aproveitar o ambiente favorável e o estado de espírito combativo então existente. A “liberalização” tinha acabado, mas as condições tinham-se alterado, permitindo alguma intervenção sindical. O período de 1968 a 25 Abril 1974 é o único, durante o fascismo, em que há um movimento de massas contínuo e duradouro, registando-se uma situação de fluxo, que englobava quase todos os grupos sociais.

Deste modo, no período 1968-1974, mesmo após o fim da “primavera”, as condições para a conquista dos sindicatos tinham-se modificado. É certo que existiram ainda inúmeros exemplos de situações de fraude, idênticas às que ocorreram anteriormente. Mas a situação social do país tinha-se alterado irreversivelmente, com novas gerações dispostas a lutar pelos seus direitos e beneficiando de um ambiente geral mais favorável. A atitude mais adequada para explorar esta situação no interesse dos trabalhadores teria sido a adoção de uma tática que conjugasse o trabalho legal – principalmente em Lisboa e no Porto, e nos sindicatos onde existissem condições para tal –, com o trabalho de organização sindical clandestina nas restantes regiões do país, onde ainda vigorava, e continuaria a vigorar, a arbitrariedade imposta pelo regime. O sucedido com a Secção de V. N. Famalicão do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Delães, por nós desenvolvido em outra parte (Cordeiro 2011) e que seguidamente descreveremos, de forma resumida, é um bom exemplo desta realidade.

Pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães, que se realizariam no início de 1971, foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da Lista solicitaram ao Presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o Sindicato. Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: “a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha surgem panfletos e postais apelando ao voto” (AMITBA: “Correspondência).

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afeta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4ª classe, o que contrariava “o disposto no artº 23º do Decreto-Lei nº 40 964, de 31/12/1956”. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei nº 49.058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegitimidade. Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho, uma ação de impugnação do ato eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o Tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia Geral, não se realizando assim as eleições, e reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o Tribunal não se pronunciasse em tempo oportuno, ordenando a suspensão do ato eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o ato eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo Tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a ação de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do INTP solicitou ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submetesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. E tudo ficou na mesma, permanecendo o Sindicato, ilegalmente, nas mãos dos serventuários do regime.

#### CONCLUSÃO

Este caso – ao qual se poderiam somar muitos outros – indica-nos que, efetivamente, nos anos finais do regime fascista, a tática sindical poderia ter sido mais flexível, aproveitando as possibilidades legais quando fosse possível e desenvolvendo uma ação de organização clandestina onde tal se justificasse. No entanto, o PCP manteve a tática exclusiva de penetração nos Sindicatos Nacionais, apesar de reconhecer, já nas vésperas do 25 de Abril, que “as direções [dos Sindicatos] são na sua grande maioria constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapaças” (*Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973, p. 4).

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (1976). *Os Comunistas* – Bento Gonçalves. Porto: A Opinião, p. 116: Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935).

Alves, Ana Maria (1971). *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa.

Costa Júnior (1964). *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo.

AMITBA (Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave): “Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”.

*Análise Social*, Lisboa, Volume XVII (3.º-4.-5.º), 1981 (n.º 67-68-69). Número temático sobre “O Movimento Operário em Portugal”.

*Avante!*, II Série, n.º 6, Abril 1935, pp. 2 e 5: “Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista”, Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português (S.P.I.C.).

*Avante!*, VI Série, n.º 261, 1ª Quinzena de Agosto de 1958.

*Avante!*, VI Série, n.º 417, Junho de 1970

*Avante!*, VI Série, n.º 451, Março de 1973, p. 4: “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas.

Barreto, José (1990). Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105-106): 57-117.

Barreto, José (1994). Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XXIX (125-126): 287-317.

*Boletim de Estudos Operários* (1982-1987).

Cordeiro, José Manuel Lopes (1984). Writing History in Portugal today, *History Workshop Journal*, Oxford, 18: 211-212.

Cordeiro, José Manuel Lopes (2011). As eleições sindicais nos últimos anos do fascismo (1969-1974): o caso dos têxteis. Comunicação ao colóquio Norte Industrial – Áreas industriais e comunidades operárias no Norte de Portugal, realizado na Faculdade de Letras do Porto, em 16-17 de Novembro de 2011.

Cunhal, Álvaro (1985). *O Partido com Paredes de Vidro*. Lisboa: Edições Avante!.

Firmino, Frutuoso (1971). *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém: notas de um sindicalista preso no último movimento operário*. Porto: Afrontamento.

Fonseca, Carlos da (1973). *Introduction a l’Histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*. Lausanne: Centre International de Recherches sur l’Anarchisme.

Fonseca, Carlos da (1973). *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

GESPCP (Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português).

*O Grito do Povo*, n.º 7, Out.-Nov. 1972, pp. 8-9.

Lénine, V. I. (s/d [1920]). *O “Esquerdismo”, Doença Infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Maria da Fonte.

Lima, Campos (1972). *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Afrontamento.

*O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 4: “As tarefas dos comunistas nos Sindicatos Nacionais”.

*O Militante*, III Série, n.º 179, Abril de 1973, p. 5: “Sindicatos Nacionais, Comissões de Unidade e Comissões Internas de Empresa”.

Nogueira, César (1961). *Notas para a História do Socialismo em Portugal*. Lisboa: Portugália.

Oliveira, César (Org.) (1971). *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora,

- Oliveira, César (Org.) (1971). *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (Org.) (1972). *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (1973). *O Socialismo em Portugal: 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (1973). Imprensa operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (39): 552-577.
- Oliveira, César (1973). Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (40): 679-702.
- Oliveira, César (1973). A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (40): 790-811.
- Oliveira, César (Org.) (1973). *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.
- Pereira, José Pacheco (1971). *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora.
- Pereira, José Pacheco (1971). *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.
- Pereira, José Pacheco (1999). *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates, 1º Volume: *Daniel, o jovem revolucionário: (1913-1941)*.
- O Proletário*, órgão da Comissão Inter-Sindical, 1934.
- Quintela, João Granjo Pires (1973). *Le Rapport Dialectique Avant-Garde/Masses dans la Constitution de la Gauche Ouvrière au Portugal de 1910 à 1920: De la conscience de classe à la Conscience politique*. Mémoire de maîtrise en Sociologie.
- Rodrigues, Francisco Martins (1965). Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores. *Revolução Popular*, 6: 14-25.
- Rodrigues, Francisco Martins (2009). Duas correntes no PCP. Suplemento de *Política Operária*, Lisboa, 121: 2S-3S.
- Silva, José (1971). *Memórias de um Operário*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.
- Sousa, Manuel Joaquim de (1972). *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- O Têxtil*, nº 2, Fevereiro de 1956, p. 4: “Os sindicatos são nossos”.
- O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958, p. 2: “Utilizemos os sindicatos na defesa dos nossos”.
- O Têxtil*, nº 26, Agosto de 1960, p. 1 e 2.
- O Têxtil*, nº 28, Novembro de 1960, p. 1: Concentração de 500 operários no sindicato de Guimarães”.
- O Têxtil*, nº 29, Dezembro de 1960, p. 1.
- O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 1: “Ponhamos à frente dos sindicatos direcções honestas”.
- “*O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 2: Atenção têxteis da Covilhã”.
- O Têxtil*, nº 46, Novembro-Dezembro de 1962, p. 1: “Aproximam-se as eleições sindicais. Todos os trabalhadores e trabalhadoras têxteis devem participar nas eleições do seu sindicato”.
- O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, p. 1: “Temos que mudar de tática”.

*O Têxtil*, nº 55, Fevereiro de 1965, p. 4: “As próximas eleições sindicais”.

*O Têxtil*, nº 71, Março de 1974, p. 4: “O Roubo de 200 contos no Sindicato Têxtil do Porto”.

Valente, Vasco Pulido (1972). *A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)*. *Análise Social*, Lisboa, Vol. IX (34): 293-316.

Vieira, Alexandre (1950). *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1959). *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1970). *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

#### SÍTIOS E SERVIDORES

URL: [mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28&Itemid=43](http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=43).

URL: [cdi.upp.pt](http://cdi.upp.pt).

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior